

O golpe continuado



» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista

Audaciosa e inacreditável nota divulgada pela Embaixada dos Estados Unidos, em Brasília, demonstra que o governo de Washington está decidido a interferir na política interna brasileira. De repente, o assunto Bolsonaro virou tema relevante para Donald Trump. A nota da embaixada, que, no momento, está sem embaixador, afirma que está monitorando todas as pessoas próximas a Alexandre Moraes. “O ministro Moraes é o principal arquiteto da censura e perseguição contra Bolsonaro e seus apoiadores. Suas flagrantes violações de direitos humanos resultaram em sanções pela Lei Magnitsky, determinadas pelo presidente Trump”, afirma a nota oficial.

Nem em 1964 ocorreu algo semelhante. Os norte-americanos eram mais discretos, sutis, e faziam política de outra maneira, pelo menos no Brasil. Antes, a longa e minuciosa negociação para que o Brasil cedesse as bases do Nordeste no momento anterior à Segunda Guerra Mundial demonstra uma relação completamente diferente. Respeitosa de parte a parte, mesmo quando havia desconfiança de que alguns ministros de Getúlio Vargas eram favoráveis aos nazistas. Apesar de tudo, a negociação foi concluída com êxito. Natal recebeu a maior base aeronaval dos Estados Unidos fora de seu território, antes da invasão da Europa. E o Brasil recebeu a tecnologia para construir a siderúrgica de

Volta Redonda, mãe da industrialização nacional.

Diante desse cenário, restam poucas alternativas ao governo brasileiro. Gritar, esperar e protestar na Organização Mundial do Comércio rende algumas manchetes de jornal, mas não muda em nada a situação. O governo de Washington não dá a menor atenção à OMC, órgão multilateral criado para arbitrar conflitos comerciais. Trump fez tábula rasa dos acordos comerciais. Ele impõe as tarifas a seu bel prazer. Atira para todos os lados. Talvez resida aí sua fraqueza. Não é inteligente abrir várias frentes de combate ao mesmo tempo. Resta ao pessoal do terceiro mundo, sem o poder bélico para contrapor ao irmão do norte, conversar. É o que o presidente Lula e o primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi, fizeram nesta semana.

Conversaram durante uma hora por telefone e chegaram a alguns pontos interessantes. Decidiram elevar o volume de comércio entre os dois países ao nível de US\$ 20 bilhões até 2030. O vice-presidente Geraldo Alckmin deverá ir à Índia em outubro assinar documentos e tratados para melhorar a relação comercial entre os dois gigantes. A Índia é o país mais populoso do mundo, ultrapassou a China, e também ostenta notável índice de crescimento anual de sua economia, acima dos seis por cento. Precisa de alimentos. Com a China, as relações brasileiras estão vivendo momento especialmente favorável. A melhor solução contra os ataques de Trump parece ser um trabalho conjunto dos países do Brics, que podem até chegar perto de realizar transações sem o dólar, o que a China já experimenta no seu círculo de relações comerciais na Ásia.

O Brasil está em pleno mar em momento tempestuoso. Os norte-americanos, e em especial este grupo que está no poder em Washington, tem

meios para fomentar rebeliões setoriais capazes de provocar grandes danos à democracia nacional. A recente rebelião ocorrida no Congresso Nacional é uma pequena demonstração da capacidade de mobilização que os donos do dinheiro dispõem. Eles possuem a capacidade de gerar agrados para deputados, senadores, ministros e outras autoridades, além dos militares que sempre mantiveram boas relações com Washington. Os riscos são imensos. A insistência em interferir na política interna brasileira indica que o golpe de Estado passou a ser um crime continuado. A tentativa não ficou na intencionalidade de 8 de Janeiro. Ela persiste. Seus agentes continuam a fazer gestões aqui e no exterior para derrubar o governo e instalar a ditadura tantas vezes imaginada e verbalizada por Jair Bolsonaro. O governo norte-americano defende um político que é abertamente favorável à tortura e à ditadura. Nada parecido com o americano que defendia as liberdades individuais e a democracia.

O mundo mudou. Os Estados Unidos estão irreconhecíveis segundo os antigos parâmetros. O novo poder ao norte brigou com os vizinhos, México e Canadá, não conseguiu terminar a guerra da Ucrânia nem conter as barbaridades do governo de Israel. Não atingiu a China nem entregou o que prometeu na economia. Até agora, se perdeu na retórica da imposição aleatória de tarifas de importação de produtos para o mercado norte-americano. O consumidor vai pagar a conta e a inflação deverá se elevar. O Brasil vai viver sob essa pressão intensa até as eleições de 2026. O governo norte-americano, que foi capaz de divulgar esta nota absurda, não deverá se conter na tentativa de colocar seu apaniguado no poder. O golpe continua. Washington quer um país submisso.

STF e novos cursos de medicina: judicialização necessária



» JANGUIÉ DINIZ
Diretor-presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) e secretário-executivo do Brasil Educação - Fórum Brasileiro da Educação Particular

Nas últimas décadas, o Brasil avançou significativamente em políticas públicas voltadas à formação de profissionais da saúde, mas, paradoxalmente, tem enfrentado entraves burocráticos que limitam a formação médica. Desde a criação do Programa Mais Médicos, em 2013, o Ministério da Educação (MEC) congelou os processos regulares de autorização de novos cursos de medicina, restringindo-os à realização de editais públicos.

O edital mais recente foi publicado em 2023, e a previsão é de que o resultado final seja anunciado com mais de um ano e meio de atraso, em março de 2026. Esse bloqueio prolongado virou uma regra vigente no Brasil. Para se ter ideia, desde a moratória decretada pelo MEC em 2018, quando os editais do Mais Médicos foram suspensos por cinco anos, nenhum curso de medicina foi liberado no país pelo órgão do Executivo Federal pela via normal. Até o resultado final do edital vigente, oito anos terão se passado.

Nesse contexto, o Supremo Tribunal Federal (STF) tem desempenhado um papel estratégico nos últimos anos. A determinação de movimentação regular em processos de autorização de cursos de medicina pela Suprema Corte do país tem representado um alívio diante da dificuldade do Ministério da Educação em cumprir sua função regulatória com eficiência e compromisso social.

Ao determinar o cumprimento do fluxo regular de autorização de cursos que se encontravam há anos represados, o STF demonstra estar seriamente comprometido com a necessidade do país de formar novos médicos. Isso porque, ao contrário do que algumas entidades de classe tentam fazer crer, o país está longe de alcançar a quantidade de profissionais médicos necessários para um atendimento de qualidade à população.

Dados da Demografia Médica 2025, divulgados pelo Ministério da Saúde, indicam vazios assistenciais graves em diversos estados, onde o número de médicos por mil habitantes está muito aquém do ideal. Além disso, o índice nacional de 2,98 médicos por mil habitantes está bem abaixo da média dos países que compõem a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento (OCDE), que é 3,70.

Portanto, ao impedir a expansão da oferta formativa, o Ministério da Educação não apenas restringe o acesso à educação superior, como também compromete o futuro da assistência à saúde, especialmente em municípios que poderiam se beneficiar com a interiorização dessa mão de obra especializada. Ciente desse cenário, o STF tem sido um agente fundamental no sentido de mitigar os impactos da carência de médicos no país.

No momento, a Suprema Corte tem dois caminhos por meio dos quais pode seguir fazendo a diferença tanto no sentido de garantir um atendimento médico mais digno e eficiente para os cidadãos brasileiros, quanto de assegurar às instituições privadas de educação superior seus direitos constitucionais à livre iniciativa e à autonomia universitária.

O primeiro diz respeito ao julgamento dos embargos de declaração interpostos à Ação Direta de Constitucionalidade (ADC) 81. Tanto o setor educacional quanto a sociedade civil estão na expectativa de que a decisão inicial seja ampliada. Afinal, repensar o atual processo de liberação de novos cursos de medicina extrapola o campo técnico-jurídico e envolve dimensões sociais, econômicas e sanitárias de grande envergadura.

Em outra frente, os ministros do STF ainda contam com cerca de 60 processos de instituições privadas de educação superior aguardando decisão. São ações que tramitam há algum tempo e por meio das quais a Suprema Corte tem a oportunidade de minimizar essa distorção que vem se arrastando desde 2013.

O que está em jogo é a possibilidade de o país contar com mais profissionais de saúde, equacionando uma grave lacuna que, dia após dia, coloca em risco a vida de brasileiros que não conseguem atendimento médico, especialmente nos equipamentos públicos de saúde e em municípios distantes dos grandes centros urbanos. O STF tem, mais uma vez, em suas mãos não só a oportunidade de ampliar a oportunidade de novos cursos de medicina, mas também de reafirmar o compromisso constitucional com a educação de qualidade, a descentralização do acesso e a justiça social. Que o guardião da Constituição Cidadã honre seu papel e contribua, novamente, para restabelecer a racionalidade nas políticas públicas de formação médica.

Maurenilson Freire



Um trauma de cor



» KÁTIA ADRIANE RODRIGUES FERREIRA
Psicóloga, licenciada em filosofia; analista junguiana do IJRS; mestre em ciências médicas; promotora de saúde da população negra

O adoecimento psíquico ganhou proporções avassaladoras. O afastamento das atividades laborativas motivado por transtornos mentais, dobrou em 10 anos, sendo a ansiedade e os transtornos depressivos as maiores causas. Familiarizamos-nos com temas como trauma, estresse e psicossomática. O que dizer de um sofrimento invisível e de consequências tão nefastas? Realmente, é um grande desafio localizar e territorializar um sofrimento que não pode ser comprovado com exames físicos.

Até esse ponto, falamos de processos de adoecimento que acometem as pessoas sem distinção de etnia, renda e gênero. Será? E se o recorte de observação recair sobre pessoas negras? Talvez pessoas que tenham, na sua história pessoal ou familiar, a memória de vivências trágicas, associadas ao sentimento de vergonha. Vergonha entendida, aqui, como um senso íntimo de ser completamente diminuído ou ser insuficiente como pessoa, pode ser uma experiência de humilhação tão dolorosa que o indivíduo se sente roubado de sua dignidade; exposto como inadequado, mau ou digno de rejeição.

A ferida narcísica refere-se a um trauma emocional que afeta a autoestima e a percepção de si mesmo. As ideologias e práticas racistas têm efeito

psicossocial sobre a pessoa negra, infligindo feridas narcísicas que levam a um distanciamento da própria imagem e identidade, e que não estão somente nos processos individuais. Estão presentes também como feridas coletivas.

A identidade do indivíduo sofre um sério abalo que, logo, se configura em adoecimento. E, se os exames da clínica médica não captam as dores da alma, os arroubos inspirados de artistas fazem o diagnóstico perfeito. Na música *Identidade*, Jorge Aragão diz que o “elevador é quase um templo, exemplo para minar teu sono” e manifesta a seletividade que a sociedade faz, classificando as pessoas, determinando o tipo de acesso e dando a medida da ascensão ou queda possível.

O elevador como a metáfora do mecanismo que seleciona um lugar a ser frequentado por “certas” pessoas. As estruturas que classificam e segregam estão num patamar que, de tão firmemente instalados e perpetuados, atingem o campo do sagrado. Tal qual um templo religioso, pela permanência de seu culto e ritos que o consagram. A repetição dos gestos de classificação, por critérios de diversidade, faz com que a exclusão e a mensagem de que determinados seres são inadequados para transitarem em determinados lugares se naturalizem.

Esse processo contínuo e invisibilizado “mina teu sono”. Em saúde mental temos como balizadores a qualidade do sono e da alimentação. A falta do sono ou o excesso dele, são indicadores de que algo não está bem, e as consequências logo se apresentam. O analista junguiano Walter Boechat escreveu muito bem sobre isso, nos lembrando que, assim como os traumas infantis são de difícil elaboração pelo indivíduo, os traumas culturais permanecem

no inconsciente cultural, provocando importantes complexos culturais. E que o “nosso povo” brasileiro ainda não elaborou, suficientemente, a experiência traumática de quase três séculos de escravidão.

Os traumas gerados por mecanismos discriminatórios do racismo fomentam percepções de medo; raiva; expressões de passividade que não deixam de atormentar os negros, mesmo quando ascendem socialmente nas classes econômicas. Vide o caso do jogador de futebol Vinícius Júnior, que entre tantos outros casos, exemplifica o que aqui falamos, ou situações simples do cotidiano que, frequentemente, guardam um nível de tensão muitas vezes maior quando se trata de um indivíduo de cor escura.

Recentemente, uma série de pesquisas apontou que ser vítima de racismo traz impactos na saúde mental, comparados à vivência e às situações traumáticas. Que a discriminação tem consequências físicas e psicológicas mais duradouras do que constrangimentos pontuais. Que são fatores de risco para outros adoecimentos, como hipertensão, colesterol alto. Que as pessoas que sofreram discriminação têm 4,4 vezes mais chances de apresentar sofrimentos psíquicos como ansiedade, depressão ou dificuldade de concentração.

Neste país, que tem mais da metade da população com pele negra e passado escravocrata, é prudente fomentar reflexões sobre a contemporaneidade das marcas traumáticas e do lugar que essas imagens e memórias ocupam. E quais clamores se ocultam nesse ir e vir nas imagens de dor que se recriam a cada novo ato de discriminação — do mais ostensivo até o mais sutil. Não ver, não falar e ouvir sobre um tema, não quer dizer que ele não exista. Façamos, então, de um trauma que tem cor.